

HABEAS CORPUS Nº 514.701 - SP (2019/0165064-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : **FABIANO RICARDO DE CARVALHO MANICARDI E OUTRO**
ADVOGADOS : **FABIANO RICARDO DE CARVALHO MANICARDI - SP194390**
DANILO SUNIGA NOGUEIRA - SP310925
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **MOACIR PONTE VOLPI (PRESO)**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MOACIR PONTE VOLPI contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (HC n. 5176833.92.2019.8.09.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente teve sua prisão preventiva decretada, no dia 13/7/2017, pela suposta prática do crime previsto no art. 155, § 4º, IV, do CPB, porque, juntamente com outros 3 denunciados, teria subtraído cerca de 29 bovinos (e-STJ fls. 57 e 58).

A defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, alegando, em síntese, constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo, porquanto o paciente estaria preso há 471 dias, bem como fundamentação inidônea do decreto de prisão (e-STJ fl. 13). O Tribunal estadual, contudo, denegou a ordem, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 14):

Furto qualificado (abigeato). Habeas corpus sustentando ilegalidade da prisão e excesso de prazo. 1 - Evidenciada a identidade de pedido e causa de pedir, o presente mandamus não pode ser conhecido, por configurar mera reiteração do apelo extremo. 2 - Conforme entendimento pacífico das Cortes Superiores, o excesso de prazo não decorre de uma operação aritmética, mas de uma avaliação do caso concreto, à luz do princípio da razoabilidade. Em situações excepcionais, como retardo injustificado provocado pela defesa, complexidade do feito, necessidade de realização de diligências, expedição de cartas precatórias, bem ainda o número de acusados, podem extrapolar os marcos temporais previstos na lei processual penal e justificar eventual demora na formação da culpa. 3 - Habeas corpus parcialmente conhecido e indeferido. Parecer acolhido.

Na presente oportunidade, a defesa alega existir excesso de prazo na prisão preventiva (1 ano e 5 meses), sem que exista sentença condenatória, tornando-se desproporcional, pois, considerando suas condições favoráveis e sua primariedade, em eventual condenação, "*o paciente já teria cumprido quase em sua integralidade em regime fechado a pena imposta*" (e-STJ fl. 5).

No mais, reitera a alegação de carência de fundamentação, bem como ausência dos requisitos legais da prisão preventiva, ressaltando que o paciente não possui qualquer condenação criminal com trânsito em julgado, mostrando-se suficientes e adequadas ao caso medidas alternativas previstas no art. 319 do CPP.

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente e, subsidiariamente, seja substituída por medidas cautelares diversas descritas no art. 319 do CPP.

É o relatório, **decido**.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Preliminarmente, quanto aos fundamentos e requisitos da prisão cautelar, o Tribunal *a quo* não conheceu da impetração nesse ponto, pelo seguinte motivo (e-STJ fls. 13 e 14):

Foi impetrado em favor do mesmo paciente, o HC nº 17882-22.2018.8.09.0000 (201890178829), em que a impetração sustentava condições pessoais favoráveis, ausência dos requisitos da prisão preventiva, fundamentação insuficiente

no decreto de prisão e suficiência de cautelar diversa. No dia 15 de março de 2018, esta Egrégia Corte, à unanimidade, denegou a ordem impetrada.

Não tendo ocorrido nenhuma modificação fática-processual após a decisão acima mencionada, o pedido de habeas corpus, referente à ilegalidade da prisão, trata-se de mera reiteração.

De igual forma, verifico que a impetração mencionada ensejou o julgamento do HC n. 445.206/GO, em 4/10/2018, por esta Corte Superior, que trouxe a seguinte ementa:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ANÁLISE DO MÉRITO. PRINCÍPIO DA OFICIALIDADE. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. MODUS OPERANDI - EVITAR REITERAÇÃO DELITIVA. CONDENAÇÃO CRIMINAL. AÇÕES PENAIS EM ANDAMENTO. EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO PROCESSUAL NÃO CARACTERIZADO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. COMPLEXIDADE DA CAUSA. PLURALIDADE DE RÉUS. EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. CONSTANTE IMPULSO OFICIAL. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, passou a não admitir o conhecimento de habeas corpus substitutivo de recurso ordinário. No entanto, deve-se analisar o pedido formulado na inicial, tendo em vista a possibilidade de se conceder a ordem de ofício, em razão da existência de eventual coação ilegal.

2. A prisão preventiva do paciente é necessária para fins de garantia da ordem pública, tendo em vista (i) o modus operandi do delito (furto de 29 cabeças de gado, no caminhão do próprio paciente, em cidade agropecuária - clamor público, com tentativa de fuga e perseguição policial); e (ii) os dados da sua vida pregressa (possui condenação criminal e responde a diversas ações penais pela prática de crimes contra o patrimônio), o que seria revelador da sua periculosidade social. Adequação aos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

3. Os prazos processuais não tem as características de fatalidade e improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos

para os atos processuais (precedentes) (RHC 88.588/MS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 22/11/2017).

4. Considera-se regular o prazo de tramitação do processo (cerca de 7 meses). Trata-se de ação penal relativamente complexa, devido, dentre outros, à (i) pluralidade de réus (3); (ii) acusados da suposta prática de crime grave - furto qualificado, com (iii) necessidade de expedição de cartas precatórias para realização dos atos processuais, inclusive citação dos agentes. Ademais, as informações prestadas pela origem noticiam que (iv) a ação penal originária não ficou paralisada e (v) o processo teve constante impulso judicial. Ausência de constrangimento ilegal.

5. Habeas corpus não conhecido.

Outrossim, ao alegado excesso de prazo na prisão preventiva, ao que parece, o Tribunal entendeu não haver demora injustificada, conforme se extrai do seguinte trecho do acórdão (e-STJ fl. 14, grifei):

Conforme entendimento pacífico das Cortes Superiores, o excesso de prazo não decorre de uma operação aritmética, mas de uma avaliação do caso concreto, à luz do princípio da razoabilidade. Em situações excepcionais, como retardo injustificado provocado pela defesa, complexidade do feito, necessidade de realização de diligências, expedição de cartas precatórias, bem ainda o número de acusados, podem extrapolar os marcos temporais previstos na lei processual penal e justificar eventual demora na formação da culpa. (STJ, RHC52.683)

No caso dos autos, alegou-se desrespeito aos prazos instrutórios, pois o paciente tem sido mantido há mais de 471 dias em cárcere. Por sua vez (evento 9), a autoridade coatora informou que "Realizada a audiência de instrução e julgamento, os defensores requereram a inversão da instrução processual para que fossem interrogados os réus Milton Alves dos Santos Filho, Romário de Assunção Neres e Sebastião Sobrinho Martins de Souza, requerimento este deferido, sendo determinado vista dos autos ao Ministério Público para diligenciar sobre os endereços das testemunhas Célio Oliveira e Leonalda Magalhães, arroladas pela acusação e compartilhada pela defesa do acusado/paciente Moacir. ... Os autos encontram-se aguardando devolução das cartas precatórias inquiritórias das testemunhas arroladas nas defesas dos réus.", denotando que o feito tem andamento regular e o processo encontra-se aguardando o retorno das cartas precatórias destinadas à oitiva

das testemunhas arroladas pela acusação e defesa, somado à complexidade do feito, em razão da quantidade de réus, de múltiplas condutas e defensores diversos.

Observa-se portanto, o feito tem andamento regular, não havendo desídia nem inércia do Poder Judiciário, não evidenciando coação legal por excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado da Quinta Turma.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, bem como o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Determino, ainda, que seja corrigida a autuação, para fazer constar como autoridade impetrada o **Tribunal de Justiça do Estado de Goiás** e não o **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator